



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de abril de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

10:00

Audição do Conselho de Administração do Hospital São Francisco Xavier, sobre o Hospital São Francisco Xavier, a requerimento do CH.

11:10

Audição do Sindicato Independente dos Médicos, sobre o «Projeto de alteração ao Regulamento de Constituição das Equipas Médicas nos Serviços de Urgência», a requerimento do CH.

II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 41, da reunião de 19 de abril;
2. Distribuição, para efeitos de elaboração do [Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – Saúde – 2022](#);

(prazo de envio à CAE: 12-05-2023)

Deputado Relator: GP PSD;

3. Deliberação sobre a admissibilidade e eventual designação de relator da [Petição n.º 131/XV/1.ª](#) - «Vidas em Jogo: Reconhecer o Jogo como uma Patologia»;

(33 assinaturas)

Deputado Relator: GP PS;

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

4. Apresentação e votação do relatório da [Petição n.º 87/XV/1.ª](#) - «Comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes/pacientes com doença de Crohn»;

Deputada Relatora: Sónia Ramos (PSD);

5. Apresentação e votação do relatório da [Petição n.º 60/XV/1.ª](#) - «Defesa da Especialidade de Medicina Geral e Familiar e dos Cuidados de Saúde Primários em Portugal»;

Deputada Relatora: Cláudia Bento (PSD);

6. Discussão e votação da proposta de alteração do artigo 13.º, n.º 3, do Regulamento da Comissão de Saúde;

7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo CH, para audição urgente do Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde, «sobre a decisão da Entidade Reguladora da Saúde em deixar de avaliar as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde»;

8. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PCP, para audição urgente do Ministro da Saúde e da Diretora-Geral de Saúde «sobre os atrasos significativos no agendamento de consultas em Juntas Médicas para avaliação das incapacidades»;

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PSD, para audição urgente, do Dr. Eurico Castro Alves; da Dra. Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva e do Conselho de administração da Entidade Reguladora da Saúde sobre o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde;

10. Discussão e votação do requerimento apresentado pela IL, para audição urgente do Ministro da Saúde, «sobre a decisão da Entidade Reguladora da Saúde ter descontinuado o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde e se esta foi, de alguma forma, uma decisão política»;

11. Fixação da redação final do texto relativo aos Projetos de Resolução [n.º 437/XV/1.ª \(PS\)](#) - «Recomenda ao Governo a elaboração de uma Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e Adenomiose», [n.º 326/XV/1.ª \(PAN\)](#) - «Consagra o dia 1 de março como o Dia Nacional da Endometriose e Adenomiose» e [n.º 444/XV/1.ª \(PSD\)](#) - «Consagra a data de 1 de março como o Dia Nacional da Luta contra a Endometriose e recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio às portadoras dessa doença»;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

12. Fixação da redação final do texto relativo aos Projetos de Resolução [n.º 443/XV/1.ª \(PS\)](#) - «Recomenda ao governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso ao SNS no Oeste» - e [n.º 479/XV/1.ª \(L\)](#) - «Recomenda ao Governo que diligencie por melhorias no acesso ao Serviço Nacional de Saúde no Oeste»;
13. Fixação da redação final do texto relativo ao [Projeto de Resolução n.º 523/XV/1.ª \(PS\)](#) - «Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso aos cuidados de saúde na Unidade de Saúde Familiar Caminhos do Cértoma, no concelho da Mealhada»;
14. Outros assuntos.

I Parte

10:00

Audição do Conselho de Administração do Hospital São Francisco Xavier, sobre o Hospital São Francisco Xavier, a requerimento do CH.

O Presidente deu as boas-vindas à Dra. Rita Perez, Presidente do Conselho de Administração do Hospital São Francisco Xavier, ao Dr. José Manuel Correia, Diretor Clínico e ao Dr. Pedro Alexandre, Vogal Executivo e, de seguida, explicou a grelha de tempos e enquadrou esta audição no âmbito do requerimento apresentado pelo CH, posto o que deu a palavra ao Deputado Pedro dos Santos Frazão para apresentação do mesmo, a que se seguiu a resposta da Dra. Rita Perez.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Deputados: Paulo Marques, Rui Cristina e João Dias, tendo a Dra. Rita Perez respondido ao conjunto das questões formuladas.

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados: Paulo Marques, Rui Cristina, Pedro dos Santos Frazão e João Dias.

A Dra. Rita Perez respondeu, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que o Presidente deu por encerrada a audição.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

11:10

Audição do Sindicato Independente dos Médicos, sobre o «Projeto de alteração ao Regulamento de Constituição das Equipas Médicas nos Serviços de Urgência», a requerimento do CH.

O Presidente deu as boas-vindas ao Dr. Jorge Roque da Cunha, Secretário-Geral do Sindicato Independente dos Médicos e, de seguida, explicou a grelha de tempos e enquadrou esta audição no âmbito do requerimento apresentado pelo CH, posto o que deu a palavra ao Deputado Pedro dos Santos Frazão para apresentação do mesmo, a que se seguiu a resposta do Dr. Jorge Roque da Cunha.

Na primeira ronda de perguntas intervieram os Deputados: Luís Soares, Cláudia Bento e João Dias, tendo o Dr. Jorge Roque da Cunha respondido ao conjunto das questões formuladas.

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados: Luís Soares, Cláudia Bento, Pedro dos Santos Frazão e João Dias.

O Dr. Jorge Roque da Cunha respondeu, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que o Presidente deu por encerrada a audição.

II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 41, da reunião de 19 de abril;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

2. Distribuição, para efeitos de elaboração do Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia – Saúde – 2022;

(prazo de envio à CAE: 12-05-2023)

Deputado Relator: GP PSD;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

O Deputado Rui Cristina informou que o GP do PSD indicaria o Deputado Relator posteriormente.

3. Deliberação sobre a admissibilidade e eventual designação de relator da Petição n.º 131/XV/1.ª - «Vidas em Jogo: Reconhecer o Jogo como uma Patologia»;

(33 assinaturas)

Deputado Relator: GP PS;

A Petição foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O GP do PS indicou a Deputada Anabela Rodrigues como Deputada Relatora da Petição n.º 131/XV/1.ª.

4. Apresentação e votação do relatório da Petição n.º 87/XV/1.ª - «Comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes/pacientes com doença de Crohn»;

Deputada Relatora: Sónia Ramos (PSD);

A Deputada Sónia Ramos apresentou o Relatório, eximindo-se nesta sede de manifestar a sua opinião sobre a petição em apreço e concluindo que a mesma preenchia os requisitos para a sua apreciação em Plenário da Assembleia da República.

O Deputado João Dias agradeceu a apresentação do relatório e manifestou a sua preocupação com as dificuldades sentidas por estes doentes no acesso aos suplementos alimentares de que necessitam.

A Deputada Lúcia Araújo agradeceu igualmente a apresentação do relatório e referiu que subsistiam esclarecimentos que necessitavam de ser feitos, como por exemplo, se existiam casos de remissão depois da utilização deste suplemento e quantos doentes necessitam de cumprir uma alimentação exclusiva com este suplemento.

A Deputada Sónia Ramos esclareceu então que, em Portugal, existiam 10.000 doentes de Crohn e que este suplemento só era prescrito nos casos mais graves. Afirmou que não era conhecido o número total de pessoas que tinham uma dieta alimentar em



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

exclusivo com este suplemento, porém era possível afirmar que seria sempre inferior a 10.000 e sublinhou que o Orçamento do Estado poderia suportar esta despesa.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

5. Apresentação e votação do relatório da Petição n.º 60/XV/1.ª - «Defesa da Especialidade de Medicina Geral e Familiar e dos Cuidados de Saúde Primários em Portugal»:

Deputada Relatora: Cláudia Bento (PSD):

A Deputada Cláudia Bento apresentou o Relatório, eximindo-se nesta sede de manifestar a sua opinião sobre a petição em apreço e concluindo que a mesma preenche os requisitos para apreciação em Plenário da Assembleia da República.

A Deputada Berta Nunes, agradeceu e concordou com o teor do relatório, referindo que era necessário defender a Medicina Geral e Familiar em Portugal. Acrescentou que, embora a pretensão dos peticionários tenha perdido utilidade com a aprovação do Orçamento do Estado para 2023, concordava com a mesma, reforçando que carecia de sentido que um médico especialista fosse substituído por um médico que não tinha essa especialidade.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

6. Discussão e votação da proposta de alteração do artigo 13.º, n.º 3, do Regulamento da Comissão de Saúde:

O Presidente recordou que fora entregue uma proposta de alteração ao Regulamento da Comissão de Saúde, conforme já discutido na última reunião de Mesa e Coordenadores.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

Recordou que a redação atual referia, no número 3, do artigo 12.º, que: «As propostas dos grupos parlamentares para a ordem do dia das reuniões ordinárias (quartas-feiras), devem ser entregues até sexta-feira, da semana anterior.»

Esclareceu a este respeito que este preceito possibilitava que a ordem do dia final apenas fosse distribuída na segunda-feira subsequente.

A proposta de alteração apresentada pelo GP do PS contemplava a seguinte redação: «As propostas dos grupos parlamentares para a ordem do dia das reuniões ordinárias (quartas-feiras), devem ser entregues até às 12.00 horas de sexta-feira, da semana anterior.»

Submetida à votação, a proposta de alteração foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo CH, para audição urgente do Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora da Saúde, «sobre a decisão da Entidade Reguladora da Saúde em deixar de avaliar as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde»;

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PSD, para audição urgente, do Dr. Eurico Castro Alves; da Dra. Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva e do Conselho de administração da Entidade Reguladora da Saúde sobre o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde;

10. Discussão e votação do requerimento apresentado pela IL, para audição urgente do Ministro da Saúde, «sobre a decisão da Entidade Reguladora da Saúde ter descontinuado o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde e se esta foi, de alguma forma, uma decisão política»;

O Deputado Rui Cristina sugeriu que a discussão dos pontos 7, 9 e 10 da Ordem do Dia fossem discutidos em conjunto, o que não mereceu oposição.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

O Deputado Pedro dos Santos Frazão apresentou o Requerimento referindo que, na semana anterior, vários órgãos da comunicação social noticiaram que a Entidade Reguladora da Saúde (ERS) decidira deixar de realizar a avaliação dos Hospitais Públicos e dos Hospitais com Parcerias Público-Privadas (PPP). O Presidente da ERS referiu que a extinção do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) era uma decisão política, pelo que seria necessário esclarecer este assunto.

O Deputado Rui Cristina apresentou o Requerimento do PSD, afirmando que o SINAS foi desenvolvido pela ERS e tinha por objetivo recolher informação sobre a qualidade dos serviços prestados no SNS. Importava assim compreender o que levou à decisão de extinção do SINAS, a qual que poderia resultar num encobrimento de melhores condições nas PPP.

A Deputada Joana Cordeiro apresentou o Requerimento da IL, recordando também as declarações do Dr. Eurico Castro Alves, responsável pela implementação do SINAS, sendo essencial perceber se esta decisão foi, de facto, uma decisão política e se o Ministério da Saúde teve influência nessa decisão.

O Deputado Luís Soares declarou estar surpreendido com a proposta dos GP de alteração da avaliação das PPP. Recordou que, no sábado anterior, a ERS publicara no seu sítio da internet uma posição sobre este assunto, passando a ler o comunicado: «O Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) foi criado para dar cumprimento a esta obrigação. Porém, tem vindo a aplicar-se a apenas algumas tipologias de estabelecimentos, e sempre numa lógica de adesão voluntária. Acresce que as classificações obtidas traduzem o desempenho apenas nas áreas concretamente avaliadas neste âmbito, não podendo fazer-se extrapolações quanto à qualidade global dos estabelecimentos em causa. Para o desenvolvimento do novo modelo de supervisão, será essencial, por um lado, utilizar a vasta experiência já alcançada com o SINAS e, por outro, adaptá-lo a esta nova dinâmica de intervenção regulatória, de modo que, tão brevemente quanto possível, passe efetivamente a avaliar a qualidade global de todos os estabelecimentos regulados pela ERS, potenciando uma melhor concretização da mencionada atribuição estatutária. Assim, o SINAS deverá funcionar nos mesmos moldes e regras que estão atualmente em vigor até ao dia 31 de dezembro



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

de 2021; a partir de 1 de janeiro de 2022, o SINAS passará a funcionar de acordo com novas regras, que serão atempadamente comunicadas a todos os estabelecimentos regulados.»

Neste seguimento, declarou que seria importante ouvir o Presidente da ERS sobre o trabalho que estava a ser desenvolvido. Quanto aos outros requerimentos, manifestou que era manifestamente despropositado ouvir o Ministro da Saúde, uma vez que o assunto não se prendia com o leque de competências do Ministro da Saúde. No que se refere especificamente ao requerimento do PSD, referiu que era igualmente despropositado ouvir entidades que já não representavam a ERS, porém afirmou que o PS acompanhava o requerimento para audição da ERS.

A Deputada Joana Cordeiro referiu que não fazia sentido extinguir o SINAS sem ter outro sistema instalado para o substituir. Esclareceu ainda que o Ministro da Saúde seria ouvido no que tange a alegada interferência política nesta matéria e não por uma eventual tutela do Ministro da Saúde sobre a ERS.

O Deputado Rui Cristina indicou que mantinha o requerimento, afirmando que compreendia as razões que levavam à discordância do GP do PS.

Submetido à votação, o requerimento do CH foi aprovado com os votos a favor do PSD, CH e IL e a abstenção do PS e do PCP.

Submetido à votação, o requerimento do PSD foi votado por entidades: Dr. Eurico Castro Alves e Dra. Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva - rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, CH, PCP e IL, registando-se a ausência do BE. Conselho de administração da Entidade Reguladora da Saúde aprovado com os votos a favor do PSD, CH, PCP e IL e a abstenção do PS, registando-se a ausência do BE.

Submetido à votação, o requerimento da IL foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, CH, IL e PCP.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo PCP, para audição urgente do Ministro da Saúde e da Diretora-Geral de Saúde «sobre os atrasos significativos no agendamento de consultas em Juntas Médicas para avaliação das incapacidades»;

O Deputado João Dias apresentou o requerimento, denunciando a existência de atrasos significativos na atribuição do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso, os quais ultrapassavam largamente os 60 dias previstos na legislação aplicável. Estes atrasos, acrescentou eram de conhecimento público, por via das queixas que chegam à Provedoria de Justiça e às Associações Representativas de Pessoas com Deficiência.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos, afirmou que, não descurando a importância do tema subjacente, o GP do PS não acompanharia este requerimento. Em linha com o que já tinha sido referido na reunião da semana anterior, a discussão na especialidade do Projeto de Lei 620/XV/1.ª (L)- «Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas» já estava em curso e que já tinham sido aprovadas as entidades que iriam ser ouvidas nesta especialidade.

O Deputado João Dias refutou que as duas questões não se sobreponham e que nada impedia a realização desta audição.

Submetido à votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, CH, IL e PCP, registando-se a ausência do BE.

11. Fixação da redação final do texto relativo aos Projetos de Resolução n.º 437/XV/1.ª (PS) - «Recomenda ao Governo a elaboração de uma Estratégia Nacional de Combate à Endometriose e Adenomiiose», n.º 326/XV/1.ª (PAN) - «Consagra o dia 1 de março como o Dia Nacional da Endometriose e Adenomiiose» e n.º 444/XV/1.ª (PSD) - «Consagra a data de 1 de março como o Dia Nacional da Luta contra a Endometriose e recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio às portadoras dessa doença»;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

12. Fixação da redação final do texto relativo aos Projetos de Resolução n.º 443/XV/1.ª (PS) - «Recomenda ao governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso ao SNS no Oeste» - e n.º 479/XV/1.ª (L) - «Recomenda ao Governo que diligencie por melhorias no acesso ao Serviço Nacional de Saúde no Oeste»:

13. Fixação da redação final do texto relativo ao Projeto de Resolução n.º 523/XV/1.ª (PS) - «Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso aos cuidados de saúde na Unidade de Saúde Familiar Caminhos do Cértoma, no concelho da Mealhada»:

O Presidente questionou se algum Deputado se opunha às sugestões de redação final enviadas pela Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN) referentes aos Projetos de Resolução em epígrafe e, não se registando qualquer oposição, as redações finais foram fixadas com as sugestões da DAPLEN.

14. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da Ordem do Dia, o Presidente referiu que a visita ao Algarve já estava agendada para os dias 16 e 17 de julho, sendo necessário que os Deputados que queiram participar se inscrevam até ao dia 5 de maio, de modo a ser possível desencadear os procedimentos posteriores.

O Presidente acrescentou que baixara à Comissão de Saúde, a Proposta de Lei n.º 73/XV/1.ª- «Aprova as Grandes Opções para 2023-2026», na segunda-feira, dia 24 de abril, e que o prazo para apresentação do respetivo parecer, comunicado pelo Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, era 5 de maio. Assim, seria necessário proceder à respetiva distribuição pelo GP respetivo durante a presente reunião, possibilitando a apresentação do respetivo parecer na reunião da semana seguinte, dia 3 de maio.

Colocou então à consideração dos Deputados, se se opunham à distribuição da iniciativa naquele momento. Não se registando qualquer oposição e consultada a grelha



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

de distribuição, foi a iniciativa distribuída ao GP do CH, tendo o mesmo indicado o Deputado Pedro dos Santos Frazão como Deputado Relator.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo o registo vídeo e áudio ser acedido neste [link1](#), [link2](#) e [link3](#).

Palácio de São Bento, 26 abril 2023.

O PRESIDENTE

(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 42/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Anabela Rodrigues (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Joana Lima (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Paulo Marques (PS)
Sofia Andrade (PS)
Susana Correia (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
Joana Cordeiro (IL)
João Dias (PCP)
Berta Nunes (PS)
Fátima Correia Pinto (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Sara Velez (PS)
Inês Barroso (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Irene Costa (PS)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Catarina Martins (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Botelho (PS)